

Exames ginecológicos ainda são exigências em concurso público

A Polícia Civil de São Paulo está com inscrições abertas para concursos de agente policial e papiloscopista, entre outros cargos. Quem passar na prova, vai precisar apresentar uma série de exames médicos. Da lista dos exames para as candidatas mulheres consta papanicolau e mamografia, para as que têm mais de 40 anos. Da lista para os candidatos homens, consta o PSA.

[\(UOL, 18/05/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Homens e mulheres estão, portanto, igualmente submetidos à incômoda apresentação de exames íntimos; correto?

Errado.

Para especialistas, há discriminação de gênero na escolha dos exames. Os ginecológicos são invasivos. O PSA, que detecta câncer de próstata, é feito por amostra de sangue. Outra queixa: Além da pressuposta invasão, há também queixas ao universo de doenças captadas pelos exames. Os femininos trazem muito mais informações do que às somente ligadas ao câncer.

“É uma forma de discriminação de gênero; porque houve uma escolha. Entre as inúmeras doenças que podem afetar homens e mulheres, foram escolhidas especificamente as ligadas aos órgãos reprodutivos e sexuais femininos”, afirma Paula Machado, coordenadora auxiliar do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM) da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Exames foram proibidos em concursos do judiciário

O NUDEM conseguiu, em janeiro, uma liminar que suspendeu a exigência dos exames para mulheres em concursos do Tribunal de Justiça do Estado. E em abril, o Conselho Nacional de Justiça se posicionou de forma favorável ao pedido do Núcleo para que os concursos do judiciário de São Paulo não exijam mais esses testes.

“Sugerimos que nossa decisão seja normatizada para todos os concursos do judiciário. No futuro, nada impede que ela seja encaminhada para o Congresso, na forma de projeto de lei”, afirma André Godinho, do Conselho Nacional de Justiça.

Godinho ressalta que outro problema desses exames é que eles não estão ligados às tarefas exigidas pelos cargos. “Para um agente de polícia, faz sentido checar se ele tem condições físicas de correr, por exemplo. Exames ginecológicos, no entanto, não estão ligados a nenhum tipo de exercício do trabalho”.

Apesar das queixas, a Secretaria de Segurança Pública e a de Planejamento e Gestão, responsáveis pelas normas de perícia, informam que a exigência de exames segue, enquanto não houver decisão judicial que as proíba.

“Comprovação de virgindade”

O edital do concurso da Polícia Civil informa que o papanicolau é exigido para mulheres acima de 25 anos ou com “vida sexual ativa”. A assessoria de imprensa da Polícia informa que mulheres que não puderem fazer o exame, como aquelas que ainda não têm atividade sexual, devem apresentar um relatório médico.

Em 2013, um concurso para a Polícia Civil da Bahia foi alvo de polêmica por exigir os mesmos exames ou um atestado de “hímen íntegro”. Após reclamações e divulgação na mídia, a exigência foi revogada pelo governo.

Nem todas candidatas são contra

Em conversa com Universa, uma candidata ao concurso, que prefere não ter seu nome divulgado, informou que enviou reclamação ao departamento de concursos da polícia. Em resposta, diz ter recebido a informação de que tais exames são exigidos em todos os exames públicos do órgão.

A reportagem também conversou com uma perita da polícia que passou no concurso há alguns anos. Ela contou que, na época, entregou seus exames sem questionar nada, mas que hoje, não concorda com eles. “As discussões recentes sobre direitos da mulher me fizeram perceber. Tem que ter equilíbrio. Se pede para os dois gêneros, ok. Mas, só para mulheres é um absurdo”.

Outra candidata ao concurso de agora, no entanto, disse não ver problema na questão. “As regras do jogo são essas. Se não concorda, é só não participar”, disse.

Helena Bertho

Justiça dos EUA certifica ação coletiva contra Goldman Sachs por discriminação de mulheres

Segundo processo, cultura do banco prejudicava carreira de funcionárias

(O Globo, 31/03/2018 - acesse no site de origem)

Uma juíza federal americana decidiu que mulheres que acusam o banco Goldman Sachs de discriminação de salário, promoção e avaliação de desempenho podem prosseguir com uma ação coletiva iniciada contra a empresa. A sentença, proferida na tarde de sexta-feira, pela juíza Analisa Torres abrange associadas e vice-presidentes que trabalharam nas divisões de banco de investimento, de gestão de recursos e de ações do Goldman desde setembro de 2004 e funcionários baseados em Nova York desde 2002.

O Goldman foi acusado de, sistematicamente, pagar menos a mulheres e de conceder a elas avaliações de desempenho piores, impedindo a evolução de suas carreiras.

A certificação da classe aumenta o poder de barganha das vítimas, uma vez que processos desse tipo tendem a proporcionar indenizações e acordos maiores do que em ações individuais. Kelly Dermody, advogada das vítimas, estimou que mais de 2 mil pessoas podem ser cobertas pela classe.

O Goldman Sachs não comentou a notícia.

O processo é um dos maiores entre os que tem como foco o suposto tratamento desigual de profissionais do sexo feminino por empresas de Wall Street. Em sua decisão, que tem 49 páginas, a juíza Torres afirmou que as vítimas apresentaram “provas significativas de tratamento discriminatório” no Goldman. Ela citou como exemplo um levantamento segundo o qual vice-presidentes e sócias mulheres recebiam, respectivamente, 21% e 8% menos que seus pares masculinos no banco. A juíza acrescentou ainda que as vítimas apresentaram provas de que o Goldman “estava ciente das disparidades e do preconceito de gênero”.

O processo havia começado em setembro de 2010 e, segundo a magistrada, acabou sendo atrasado por uma disputa sobre qual compensação os ex-funcionários poderia obter.

- Estamos, obviamente, muito satisfeitos - afirmou Dermody em uma entrevista por telefone. - Esse tem oito anos, e, às vezes, vale a pena esperar.

[Entrevista Silvia Pimentel: Direito, discriminação e a importância do debate sobre gênero na atualidade](#)

(Agência Patrícia Galvão, 08/11/2017) Em entrevista à *Agência Patrícia Galvão*, a professora e pesquisadora Silvia Pimentel destaca a importância do debate sobre gênero nas universidades - e na educação de um modo geral -, que para ela é ainda mais fundamental neste momento em que se multiplicam ações de grupos fundamentalistas em busca de retrocessos no campo dos direitos das mulheres.

Com longa trajetória associada à luta pela efetivação de direitos no Brasil e no mundo, Silvia Pimentel teve atuação decisiva para importantes conquistas neste campo em diferentes níveis. Além de professora de Filosofia do Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), cumpriu dois mandatos (2011 e 2012) como presidente do Comitê CEDAW e realizou importantes trabalhos como integrante do Comitê de expertas que acompanha o cumprimento da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, na sigla em inglês).

Silvia Pimentel foi, por exemplo, a coordenadora dos trabalhos que resultaram na Recomendação Geral 33 do Comitê, que realiza uma análise minuciosa sobre o significado de acesso à justiça para as mulheres e reúne os principais obstáculos a serem superados para garantir os direitos de mulheres e meninas, além de apontar caminhos nesse sentido [\(saiba](#)

[mais](#)).

Como professora na PUC-SP, Silvia foi uma figura decisiva para consolidar o campo de Direito e Gênero na universidade, onde coordena o Grupo de Pesquisa Direito, Discriminação de Gênero e Igualdade – que nesta quinta-feira (9) lança uma publicação reunindo artigos sobre o tema (*veja convite a seguir*).

Lançamento e Debate

A Editora Lumen Juris, a coordenadora, organizadoras, autoras e autor têm a honra de convidá-los para o lançamento da obra:

DIREITO, DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO E IGUALDADE

Silvia Pimentel
(Coordenadora)

Beatriz Pereira e Mônica de Melo
(Organizadoras)

**"Abertura artística com
os Tambores de Mbeiji e Mayara Norbin"**

Data: **09/11/2017**, quinta-feira das 19:30h às 21:30h.

TUCA - PUC/SP (Tucarena)
R. Monte Alegre, 1024 - Perdizes
São Paulo - SP



Para a especialista, as resistências e distorções que o debate de gênero vem enfrentando são prova justamente da necessidade de aprofundarmos o conhecimento coletivo sobre o tema.

Confira a entrevista:

Qual é a importância de debater as questões de gênero no Direito e nas universidades, como vocês vêm fazendo na PUC-SP?

É realmente muito grande a relevância de termos tido condições e possibilidades de inserir o tema de gênero e dos direitos das mulheres na nossa Faculdade de Direito. As resistências que o tema está enfrentando hoje em dia são justamente a maior prova da importância de levantarmos esse debate em uma universidade e, no nosso caso, em uma faculdade que tem uma história de vanguarda e que é muitas vezes modelo para muitas pessoas.

Então, avalio que é muito importante termos colocado esse tema e é muito importante também a acolhida que a faculdade, a universidade – em especial por meio da pessoa da reitora – está dando para os nossos esforços.

A PUC é uma universidade católica que tem uma história associada à luta por democracia, como você comentou. Isso significa que a pluralidade é importante no ambiente de ensino e que os diferentes debates podem andar juntos?

É notável isso. Não vou entrar em detalhes, mas há um mês ou dois houve uma manifestação de grupos fundamentalistas junto à direção da nossa universidade, afirmando-se contrários a ela estar abrindo as portas a este tema, e foi muito interessante a resposta que foi dada pela PUC, no caminho de dizer que a universidade é plural e aberta ao debate, independentemente deste ou daquele tema.

A universidade tem representado uma vanguarda em momentos históricos, como durante a ditadura, e durante todos estes anos têm manifestado um respeito grande pelas lutas que nós, feministas, fazemos de forma muito aberta em todos os temas no campo dos direitos das mulheres, inclusive nos direitos reprodutivos, que costumam enfrentar mais resistência.

De um modo geral, é importante mantermos uma posição crítica em relação a tudo o que está acontecendo, a essa vontade de regredir nos direitos que nós, mulheres, conquistamos. Como todos sabem, há projetos de lei nesse sentido, tentando interferir, por exemplo, na Lei Maria da Penha, de enfrentamento à violência doméstica e familiar, querendo desprestigiá-la, diminuir o seu valor. Também nos direitos sexuais e reprodutivos percebemos um movimento para retroceder naquilo que nós, por décadas, reivindicamos. Por isso é tão importante essa abertura ao debate plural e ao acolhimento dos nossos esforços.

Sobre as forças em direção a retrocessos, há uma tentativa maciça de cercear o debate de gênero dentro da educação a partir de distorções que ficaram associadas ao que chamam de 'ideologia de gênero'. Como você vê esse cenário?

É realmente lamentável, eu inclusive - um pouco antes de elaborar o verbete sobre gênero e Direito, a pedido da Faculdade de Direito, para ser incorporado na enciclopédia digital gratuita [saiba mais no box abaixo] - li um livro publicado sobre 'ideologia de gênero' no começo deste ano e fiquei muito perplexa. É uma obra assinada por 'grandes nomes' (intelectualmente falando) do mundo jurídico e que chega a afirmar que o tema de gênero é diabólico. Isso é um ponto para registrar, está dizendo que é coisa do demônio.

No século 21, em que nós respeitamos tanto termos alcançado, pelo menos formalmente, um Estado laico, não faz sentido dizer que um tema da relevância para tantas pessoas, principalmente para uma minoria que não é pequena, é uma 'coisa do diabo' e outras afirmações desse tipo. Trata-se de desqualificar uma discussão tão importante e essencial para trabalhar a problemática na perspectiva de gênero.

Já a partir da 'Segunda Onda Feminista', destaca-se a frase de Simone de Beauvoir, na sua clássica e notável obra *O Segundo Sexo*, que diz "não se nasce mulher, torna-se mulher". As pessoas precisam entender que esta frase é uma informação que nos ajuda muito a compreender a importância de trabalhar com os direitos das mulheres, com o enfrentamento às violências de gênero - e não só porque ela eventualmente nasceu no sexo feminino, mas porque é do gênero feminino e porque construiu-se todo um conjunto de papéis com base em uma ordem patriarcal que a coloca em um papel de subordinação, de subalternidade - e ainda, em pleno século 21.

Qual é a importância de lançar a coletânea neste momento?

É muito grande, porque acontece exatamente no momento em que as vozes dos adversários dessa agenda estão se fazendo mais presentes, e infelizmente não só as vozes – porque às vozes nós podemos contrapor outras vozes e argumentos – mas os grupos se fazem presentes também com políticas por baixo do pano, que estão ocorrendo no Congresso Nacional e que buscam prejudicar nossos avanços. Então, é muito importante debater esse tema na universidade e é exemplar que a universidade acolha esse debate.

Serviço

Lançamento e debate do livro *Direito, Discriminação de Gênero e Igualdade*



O evento contará com as presenças de Silvia Pimentel (coordenadora) e Beatriz Pereira e Mônica de Melo (organizadoras) e uma intervenção artística dos Tambores de Mbeiji e de Mayara Norbin.

Local: TUCARENA

Rua Monte Alegre, 1024 – Perdizes – SP/SP

Data e horário: 09/11 (quinta-feira) às 19h30

BOX:

Para saber mais sobre os estudos de gênero e a importância desse campo para os direitos das mulheres, consulte [o verbete escrito por Silvia Pimentel na Enciclopédia Jurídica da PUC-SP na íntegra neste link](#).

[Alunas da FGV divulgam vídeo contra o machismo](#)

Estudantes mostram que violência e discriminação são disseminados, da rua às salas de aula

[\(O Estado de S. Paulo, 14/06/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Uma pesquisa feita pelas alunas da Fundação Getulio Vargas em São Paulo mostra que 69,6% das estudantes da instituição já foram vítimas de violência sexual e 75,3%, de assédio sexual. No ano passado, uma pesquisa mostrou que 86% das mulheres brasileiras sofreram assédio em público. Esses dados mostram que o Brasil é grande e diverso, mas que o machismo está por toda parte. Das ruas nas pequenas cidades às salas de uma instituição de elite do Ensino Superior.

Além das formas de violência a que todas as mulheres estamos sujeitas na sociedade, as estudantes também denunciam casos de desqualificação intelectual: 66,5% já foram criticadas, interrompidas ou ignoradas por docentes.

Para denunciar essa realidade, alunas da FGV-SP fizeram um vídeo ao som de *Respeita*, de Ana Cañas. Pedem um basta a comentários com teor machista e violento. E o fim da discriminação contra as pessoas LGBTQ. E convidam a uma reflexão: 'a quem esse ambiente é acolhedor?'

Aos painéis de sempre, com os mesmos homens brancos héteros com mais de 50 anos. Mas, certamente, não à população brasileira em toda a sua diversidade.

Em abril, as alunas da Escola Politécnica da USP haviam publicado um vídeo no mesmo espírito, com a versão de *Survivor* feita por Clarice Falcão. A intenção era denunciar o machismo que enfrentam no dia a dia como minoria nos cursos de engenharia da principal universidade do País.

Abaixo, os clipes originais de *Respeita*, de Ana Cañas, e de *Survivor*, por Clarice Falcão.

Que ainda inspirem muitos outros clipes de muitas outras mulheres.

Letícia Sorg

Países de todos os continentes cobram ao Brasil medidas contra violências e discriminação de gênero e orientação sexual na Revisão Periódica Universal da ONU

Dos 103 países que participaram do processo de sabatina ao Brasil, 26 fizeram recomendações substanciais relativas a discriminações e violências movidas por questões de orientação sexual e/ou de gênero.

[\(Campanha.org, 16/05/2017 – Acesse o site de origem\)](#)

26 países recomendaram ao Brasil tomar medidas relativas a discriminações e violências movidas por questões de orientação sexual e/ou de gênero na Revisão Periódica Universal (RPU) da ONU, cujo rascunho do relatório foi disponibilizado na última terça, 9/5. No total, 45 países consideraram as recomendações e denúncias presentes no relatório da Campanha, que foi contemplado no relatório oficial da sociedade civil compilado pela ONU.

[Acesse aqui tabela com a sistematização das recomendações que dizem respeito a educação, contra as violências e discriminações de gênero, orientação sexual e étnico-raciais](#), com as recomendações propostas pela Campanha em seu relatório.



Argentina, Chile, Eslováquia, Finlândia, Honduras, Israel, México, e Suécia recomendaram ao Brasil tomar medidas e fortalecer políticas locais com relação à violência contra as populações LGBTI. Eslováquia fez menção ainda sobre responsabilizar os autores das violências e Honduras reiterou a necessidade de aplicar a legislação protetiva específica já vigente sobre a temática.

Austrália, Chile, Egito, Eslováquia, Honduras, Indonésia, Iraque, Itália, México, Ruanda, Sudão, Tailândia, Togo, Tunísia, Uganda fizeram recomendações contra discriminação e violência de gênero contra mulheres e meninas. Vale ressaltar que a Austrália precisou o caso da violência doméstica contra mulheres e a Indonésia mencionou também os casos de prostituição infantil.

Essas recomendações foram uma reação à denúncia à ONU, realizada pela Campanha, acerca dos dados inaceitáveis de desigualdade de gênero estrutural na sociedade brasileira, na educação, no mercado de trabalho, e de violência contra a mulher no Brasil – 5 mil mortes e 500 mil estupros, segundo dados da OMS e do IPEA. Sobre a questão ainda, a Áustria ressaltou a necessidade de proteção para mulheres vítimas de abuso e de implementação de legislação vigente sobre a questão. Bahamas e Venezuela citaram explicitamente as violências movidas por questões de gênero, as mortes e os dados de estupros denunciados pela Campanha e recomendaram medidas preventivas e também de investigação dos casos e proteção das vítimas.

O Paquistão reiterou a necessidade de implementação de políticas contra as desigualdades

raciais, especialmente no caso de mulheres afro-brasileiras, e Madagascar reiterou a necessidade de maior inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade.

“Temos trabalhado com a compreensão de que raça e gênero estruturam a sociedade brasileira. Mulheres e negros ocupam posições desfavoráveis na sociedade e essas discriminações e preconceitos estão baseadas no sexo e na raça”, explicou Suelaine Carneiro, coordenadora do programa de educação de Geledes Instituto da Mulher Negra. “Mulheres negras trazem ainda essa combinação entre gênero e cor da pele, que faz com que elas sejam o grupo social que ocupa o pior lugar nos índices sociais”, reiterou.

Nos relatórios disponibilizados pelas Nações Unidas para os países – com os quais a Campanha contribuiu com submissão de documentos e em consultas públicas –, grande atenção foi dada às questões que tangem a igualdade de gênero na educação. A Campanha fez denúncia quanto ao descumprimento do Brasil às recomendações 119.33, 119.47, e 119.94 do Relatório do Conselho de Direitos Humanos em sua 21ª Sessão, sobre igualdade de gênero, por conta da retirada das questões sobre a temática, assim como de combate às discriminações por orientação sexual, dos planos estaduais e municipais de educação.

“Sob a pressão de líderes religiosos, parlamentares de 12 dos 27 estados brasileiros retiraram dos planos de educação estratégias que buscavam superar as desigualdades de gênero, orientação sexual e raça”, cita o relatório compilado da sociedade civil. O relatório compilado com informações submetidas pela própria ONU também cita a questão, fazendo referência ao relatório do Comitê sobre os Direitos da Criança de 2015 – momento em que a Campanha também pautou os comissionados.

Questionamentos da ONU ao “Escola Sem Partido” e a mudanças sobre gênero e orientação sexual na BNCC

Em comunicado publicado no dia 13/04, Koumbou Boly Barry, Relatora Especial para o Direito Humano à Educação; David Kaye, Relator Especial para Promoção e Proteção do Direito à Liberdade de Opinião e Expressão; e Ahmed Shaheed, Relator Especial para Liberdade de Religião e de Crença, enviaram uma carta questionando o Estado Brasileiro acerca dos efeitos gerados pelo programa “Escola Sem Partido” no Brasil, especialmente no que tange os Projetos de Lei 867/2015 e 193/2016, recomendando a tomada de atitudes necessárias para conduzir uma revisão dessas proposições, assegurando sua conformidade com a base dos direitos humanos internacionais – o que inclui a Constituição Federal de 1988 da República Federativa do Brasil.

O documento traz um histórico acerca do movimento “Escola Sem Partido” desde 2004, passando pela apresentação e tramitação dos projetos de lei, até a retirada pelo Ministério da Educação (MEC) dos termos “orientação sexual” e “identidade de gênero” da última versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), enviada em abril deste ano para o Conselho Nacional de Educação (CNE). O documento explicita também o caso do secretário paulistano de educação Alexandre Schneider *versus* vereador Fernando Holiday.

A carta cita ainda o posicionamento contra o projeto da Comissão Internacional de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), após denúncia e sustentação oral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Além disso, relatam o amplo posicionamento contrário do Ministério Público Federal (MPF) e da Advocacia Geral da União (AGU), de especialistas, organizações sociais, estudantes e educadores, inclusive em pesquisa

de opinião realizada pelo site do Senado Federal, que contou com a participação de mais de 390 mil pessoas, sendo a maioria contrária ao “Escola Sem Partido”.

Os relatores reiteraram que o Artigo 19 do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, ratificado pelo Brasil em 1992, protege a todos o direito à opinião, sem interferências, e o direito a buscar, receber, e partilhar informações e ideias de todos tipos, independentemente de fronteiras ou meios. Ainda com base no Artigo 19, explicitaram seu caráter de “necessidade” e não somente como “útil, desejável ou razoável”, o que implica em acesso e proporcionalidade.

Diante dos projetos de lei, o documento afirma que a **“discussão sobre gênero e diversidade sexual é fundamental para prevenir estereótipos de gênero e atitudes homofóbicas entre estudantes”** e que **“por não definir o que é doutrinação política e ideológica, (...) a proposição permite que quaisquer práticas pedagógicas dos professores sejam consideradas como doutrinação, tornando a escola uma extensão do ambiente doméstico antes de uma instituição educacional que proveja novas perspectivas”**. Os relatores explicitam ainda que o projeto apresenta o risco de impedir “o desenvolvimento de um pensamento crítico nos estudantes e a habilidade de refletir, concordar ou discordar com o que está exposto em aulas”.

“Os diplomatas ficaram tocados com as informações que apresentei em meu discurso, listando fatos ocorridos nos últimos três anos, como a retirada da palavra gênero dos planos municipais, estaduais e nacional de educação, além das consequências de toda essa onda conversadora que vivemos no Brasil. Muitos também ficaram perplexos com a existência de projetos de lei como o programa ‘Escola sem Partido’, que impacta diretamente na liberdade de expressão de docentes e no acesso à educação de qualidade aos estudantes brasileiros. O que eu não imaginava é que, enquanto em embarcava de Genebra para o Brasil, logo após a atividade na ONU na última sexta-feira, comprovamos o que apresentamos, os retrocessos seriam concretizados via anúncio do MEC de retirar as questões de gênero e orientação sexual da Base Curricular e com o caso das escolas de São Paulo, inspecionadas por vereadores, levando a quase demissão do secretário municipal de educação Alexandre Schneider”, afirmou Fernanda Lapa, coordenadora executiva do Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH) que fez um discurso impactante, para diplomatas e representantes de países de todos os continentes do mundo, veículos de imprensa e organismos internacionais.

Os relatores destacam também o parecer com conclusões do Comitê sobre os Direitos da Criança (CRC/ONU), de 2015, que, dando luz aos artigos 2, 3, 6 e 12 da Convenção dos Direitos da Criança, ratificada pelo Brasil em 1990, recomendou ao Brasil “b) decretar legislação que proíba discriminação ou incitamento de violência com base em orientação sexual e identidade de gênero assim como continuar o projeto “Escola Sem Homofobia”; c) priorizar a eliminação de atitudes patriarcais e estereótipos de gênero, inclusive por meio de programas educacionais e de sensibilização”. Esse documento foi fruto de incidência da Campanha Nacional pelo Direito à Educação junto aos comissionados em momentos prévios à sessão com o Brasil em outubro de 2015.

“O caso vivido pelo secretário Alexandre Schneider tem realmente deixado a comunidade internacional em alerta. Ele não aceitou ter os professores da rede intimidados com essas vistorias [do vereador Fernando Holiday (DEM-SP)]. A perplexidade não é só pelas ameaças que ele tem sofrido [por parte dos militantes do Movimento Brasil Livre (MBL)], mas justamente o como esse tipo de ação dentro das escolas viola a liberdade de expressão e o

direito humano à educação”, afirmou Maria Rehder, coordenadora de projetos da Campanha, que esteve na Pré-Sessão da RPU com Fernanda, em Genebra.

“É uma grande conquista o posicionamento da comunidade internacional contra o cerceamento da liberdade de expressão dos professores no Brasil, que tem prejudicado a qualidade da educação e colocado em xeque a primazia dos Direitos Humanos e dos princípios constitucionais. Vamos continuar nesse enfrentamento, sem descansar”, afirmou Daniel Cara, coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Processo de denúncia internacional

Após participar de eventos públicos e debates no Brasil, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação foi à Genebra, em novembro de 2016, para levar denúncia aos relatores sobre o impacto do programa “Escola Sem Partido” ao direito à educação e ao direito à liberdade de opinião e expressão dos educadores. Em dezembro de 2016, o coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, fez sustentação oral contra o programa “Escola Sem Partido” perante o Estado Brasileiro no âmbito da reunião da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA). No dia 7 de março, Daniel Cara foi expositor em audiência pública realizada no âmbito da Comissão Especial do Programa Escola Sem Partido na Câmara dos Deputados. A Comissão Especial é composta, majoritariamente, por defensores do PL.

As relatorias obtiveram informações sobre o programa “Escola Sem Partido” por meio de denúncias levadas à Genebra pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e pelo IDDH, na Pré-Sessão do Relatório Periódico Universal (RPU) ao Brasil, que aconteceu na primeira semana de abril deste ano. Ainda, a relatora especial para o direito à educação, Koumbou Boly Barry, esteve em evento promovido pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e pela Ação Educativa no dia 04/04, recebendo informações sobre o contexto da educação brasileira através de movimentos e ativistas da área.

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação participou enquanto organização da sociedade civil de todo o processo da Revisão, com a submissão de relatório - em conjunto com Ação Educativa, Anced (Associação Nacional dos Centros de Defesa de Direitos de Criança e Adolescente) e Clade (Campanha Latino Americana pelo Direito à Educação) -, passando pelo processo da Pré-Sessão, em abril - em parceria com o IDDH (Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos) -, até o processo da Sessão, em maio.

“É importante que a reflexão sobre as condições negra e indígena se dê também

na Europa e na América do Norte”, afirmou Suelaine Carneiro sobre o resultado das recomendações dos países ao Brasil na Revisão Periódica da Universal da ONU

Em entrevista à Campanha, a especialista coloca a importância do pronunciamento dos países latino-americanos e africanos quanto às questões raciais, analisa as políticas afirmativas no país, e traz um panorama das violações contra as populações negra e indígena a serem monitoradas pelos defensores de direitos humanos no Brasil e no mundo.

[\(Campanha.org, 16/05/2017 – Acesse o site de origem\)](#)

Na última terça, 9/5, a Organização das Nações Unidas (ONU) disponibilizou o rascunho do relatório da Revisão Periódica Universal (RPU) de direitos humanos pela qual o Brasil passou na sexta, 5/5, em sua 27ª Sessão. 103 países participaram da sabatina ao Brasil. Desses, 11 fizeram recomendações sobre relações raciais, pautados pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, especialmente no tocante ao combate às discriminações.

No total, 45 países consideraram as recomendações e denúncias presentes no relatório da Campanha, que foi contemplado no relatório oficial da sociedade civil compilado pela ONU. [Acesse aqui tabela com a sistematização das recomendações que dizem respeito a educação, contra as violências e discriminações de gênero, orientação sexual e étnico-raciais](#), com as recomendações propostas pela Campanha em seu relatório.

Suelaine Carneiro, coordenadora do programa de educação de Geledes Instituto da Mulher Negra, ressaltou a importância da reflexão sobre as condições negra e indígena por parte dos países latino-americanos e africanos, mas reiterou que Europa e América do Norte devem também olhar para esse desafio. “É importante também que eles se coloquem expressivamente como solidários, preocupados e atuantes para melhores condições de vida e para atuarem também politicamente pela igualdade racial e étnica nos países do continente americano e também em suas terras”, reiterou.

Daniel Cara, coordenador geral da Campanha, explicou que, no debate dos planos educacionais, a Campanha argumentou que no Brasil permanece o racismo estrutural. “Os setores conservadores resistiram”, explicou. “Porém, ao ver os dados, a comunidade internacional nos deu razão. Essa é a vantagem da RPU: mostrar que no Brasil o debate educacional está completamente fora de dados básicos de realidade”, reiterou.

ENTREVISTA: SUELAINÉ CARNEIRO

Para aprofundar o assunto, a Campanha conversou com Suelaine Carneiro, coordenadora do programa de educação de Geledes Instituto da Mulher Negra, sobre o impacto dessas recomendações e como elas se refletem no contexto brasileiro.

CAMPANHA. Foram 11 recomendações diretamente ligadas às discriminações raciais. Qual a importância de os países darem tanta ênfase à situação do país nessa pauta? Qual o papel desse processo enquanto instrumento de pressão ao Estado Brasileiro para a concretização de políticas efetivas e para a implementação de fato da legislação referente?

SUELAINÉ. Foi especialmente importante a participação da Campanha na entrega do relatório na ONU, bem como as recomendações que os países fizeram ao governo brasileiro. As 11 recomendações estão diretamente ligadas às questões sobre as discriminações na educação, particularmente o racismo, o sexismo nas questões de gênero, e também nas questões relacionadas com a população indígena.

As questões abordadas dialogam muito com o que os movimentos sociais, quer seja movimento organizado negro e todos os voltados para a educação em direitos humanos, têm defendido e pressionado o governo brasileiro para maior atenção e maior eficácia nas suas ações voltadas para uma educação de qualidade, educação com equidade, e também respeito às identidades raciais, de gênero e sexualidade na educação.

Portanto, as recomendações que Bahamas fez sobre as questões das armas de fogo e a morte de jovens negros é importantíssima no momento em que aqui no Brasil temos feito diversas denúncias, vários dados existem sobre a participação desproporcional de jovens negros mortos por armas de fogo e nenhuma ação concreta é realizada por parte do governo. Temos que lembrar também que nos últimos dias foram vários os incidentes nas unidades escolares do Rio de Janeiro – que teve muita repercussão, onde estudantes foram mortos dentro da escola em confronto entre as forças de segurança do Estado e forças do narcotráfico. É preciso repensar as ações da polícia no combate ao enfrentamento à violência e também em como proteger as crianças.

É também importante a recomendação do Chile para pensar essas políticas de enfrentamento ao racismo e ao preconceito de maneira intersetorial. São ações importantes que também vimos discutindo: como fazer o diálogo intersetorial para que essas medidas tenham eficácia? A Grécia também enfatizou a promoção de políticas para a igualdade racial, sendo preciso pensar um conjunto de políticas.

O Haiti também trouxe a questão das desigualdades de renda. É necessário pensar uma política que aprimore a educação voltada para a população em maior situação de vulnerabilidade em termos de renda, assim como pensar nas questões afro-brasileiras, indígenas e os efeitos sociais do racismo na formação desses estudantes. Muito pouco tem sido pensado em termos de governo brasileiro sobre os efeitos psicossociais do racismo no aprendizado das crianças. Quanto o racismo impacta negativamente na condição de aprendizado desses estudantes?

Uganda traz a necessidade de uma reforma legislativa para aprofundar medidas contra as discriminações de gênero, raça e etnia. Esse conjunto de recomendações estão evidenciando o quanto as violações continuam acontecendo e que os esforços realizados pelo governo brasileiro não são suficientes para uma educação com respeito, igualdade, equidade.

As recomendações demonstram a necessidade de uma reforma legislativa, de um compromisso político, e de ações específicas, quer seja com cotas e outras medidas possíveis para combater as desigualdades na educação. Elas devem ser tomadas de forma muito séria pelo governo

brasileiro, particularmente pelo Ministério da Educação.

E é interessante que os países vêm reafirmar esse compromisso político em um momento em que o governo tem provocado reformas que tornam qualquer medida voltada para a igualdade e o respeito muito difíceis de serem realizadas. Portanto, as recomendações nos auxiliam muito nesse diálogo com o governo em reafirmar a necessidade de compromisso efetivo no combate ao racismo, à discriminação, à xenofobia, à discriminação contra as mulheres, e violências no sistema educacional.

CAMPANHA. Honduras fez uma recomendação explícita sobre educação: “Aprimorar os esforços para promover, na lei e na prática, a inclusão de afrodescendentes no sistema educacional e no mercado de trabalho através de políticas públicas”. E Namíbia trata de “continuar a colocar em marcha medidas que buscam prevenir a violência e discriminação racial contra afro-brasileiros e proteger sua herança cultural local”.

Como isso se relaciona com a situação hoje das políticas de educação que tratam especificamente da pauta de diversidade étnico-racial e como isso dialoga com a implementação (ou não) da Lei 10639/2003 e da Lei 11645/2008?

SUELAINÉ. Todas as 11 recomendações, de certa maneira, se relacionam com a implementação da Lei 10639/2003, voltada para a educação da história e cultura afro-brasileira e africana e a Lei 11645/2008, voltada para a educação da história e cultura indígena. São dois grupos populacionais, negros e indígenas, que historicamente têm ocupado os piores índices sociais. Há diversas análises históricas que reafirmam a posição de desvantagem social em todos os campos.

Essas duas leis procuram primeiro demonstrar a importância desses grupos na história e cultura do Brasil e suas contribuições, e também reverter o imaginário de preconceito que os colocam como não possuidores de cultura, de contribuições de toda uma história que dignifica seus povos. Portanto, agir contra as discriminações só pode ser feito se valorizarmos esses grupos, colocarmos no mesmo patamar de dignidade e de contribuições como os demais grupos que constituíram a Nação Brasileira.

Atualmente, as ações pela implementação da Lei 10639/2003 estão muito tímidas. Esse momento político vivenciado pelo governo brasileiro, particularmente pelo Ministério da Educação, tem sido no sentido de eliminar as especificidades dos grupos. Temos percebido que há uma necessidade de diluir as diferenças, homogeneizar novamente a sociedade e ocultar as desigualdades que são baseadas na cor, na etnia, nas condições de vida, nas condições de renda.

A Namíbia enfatiza a questão de proteger a herança cultural. Esse tema, para movimentos negros é extremamente importante. Isso tem acontecido de maneira muito ineficaz ainda na abordagem e na maneira como ela deveria ser assumida pelos sistemas de ensino. Um aspecto do racismo e do preconceito que se manifesta do ambiente escolar é justamente sobre a desvalorização da cultura afro-brasileira e africana. Os sistemas de ensino precisam ensinar seus estudantes que todos os povos que aqui habitam contribuíram e contribuem para a formação dessa nação.

É uma pauta urgente a implementação dessas duas leis. Elas contribuem para a permanência no sistema escolar, para diminuir as violências entre os estudantes. Pensar nessa legislação e

promover a igualdade entre brancos, negros, indígenas, em que todos se sintam possuidores de direitos é uma forma também de evitar hierarquizações. É possibilitar que todos, no ambiente escolar, se sintam reconhecidos. É um desafio, mas é, antes de mais nada, uma urgência efetivar a igualdade na educação a partir de uma legislação específica.

CAMPANHA. A Namíbia trata de “continuar a tomar medidas ativas para erradicar a discriminação de mulheres afro-brasileiras baseada em seu gênero e etnia”; o Paquistão recomenda “redobrar esforços para reduzir o gap entre os afro-brasileiros, especialmente mulheres e a população em geral”; e Ruanda traz a questão de “aprofundar medidas para prevenir e punir o racismo, a discriminação e a violência contra povos indígenas, povos afrodescendentes e a violência contra mulheres e meninas”.

De acordo com dados enviados pelo relatório da Campanha (Síntese dos Indicadores Sociais 2010), as mulheres negras jovens têm as maiores taxas de desigualdade, apresentando uma taxa de desemprego de 25,3% (12,2% superior ao grupo de jovens brancos). Entre os jovens que não estudam nem trabalham, 16,1% são brancos e 20,4% são negros. Novamente, as meninas afro-brasileiras estão em desvantagem, fazendo 28,2% do grupo que não estuda nem trabalha.

Como se dá no Brasil a relação gênero x raça, considerando tais indicadores e também os relativos aos dados de educação - especialmente de exclusão escolar - e como tais recomendações podem ser importantes para a construção de políticas específicas para focalizar nesses desafios de igualdade de gênero e racial?

SUELAINÉ. Temos trabalhado com a compreensão de que raça e gênero estruturam a sociedade brasileira. Mulheres e negros ocupam posições desfavoráveis na sociedade e essas discriminações e preconceitos estão baseadas no sexo e na raça. Mulheres negras trazem ainda essa combinação entre gênero e cor da pele, que faz com que elas sejam o grupo social que ocupa o pior lugar nos índices sociais. Portanto, é pensar nessa articulação gênero e raça como um elemento de exclusão e hierarquização na sociedade brasileira.

Pensando na educação, durante muitos anos, as mulheres foram proibidas de estudar. A população negra, particularmente, no começo do século XX, é que passa a ter direito a algum tipo de escolarização. São muitas as dificuldades e os impedimentos que marcam esses dois grupos.

O Haiti também traz a defasagem educacional e temos enfatizado a retenção de meninos negros a partir do fundamental II. Se tem uma taxa muito grande de distorção idade-série, particularmente entre os meninos negros. Essa recomendação é vital para pensar a educação como um todo, não só em termos de participação, mas também de que educação está sendo oferecida para esses estudantes e de como reverter o *gap* de gênero, pensando nos meninos de forma especial, que estão de forma geral fora da escola, mas particularmente os meninos negros.

Namíbia pressiona para erradicar a discriminação de mulheres afro-brasileiras, algo que no momento tem sido crucial. Temos debatido a retirada do Plano Nacional de Educação da palavra “gênero”, o que tem impactado particularmente na realização de uma educação voltada para a igualdade entre homens e mulheres. É uma decisão que prejudica em muito ações de combate à violência no ambiente escolar.

É fundamental que se dê liberdade para que os profissionais da educação abordem gênero e realizem diversas produções sobre o tema, bem como a produção de material didático e paradidático voltados para as questões de identidade de gênero e sexualidade.

O Paquistão também traz esforços para reduzir a defasagem de negros e negras e faz novamente aqui destaque com relação às mulheres. Mulheres particularmente no ensino superior estão confinadas em cursos voltados para questões do cuidado e homens mais concentrados nas questões das exatas, então ainda há uma divisão por sexo no ensino superior, na escolha das carreiras, na definição das profissões. Isso certamente reflete ainda uma herança sexista da educação.

É preciso pensar em como estimular a entrada de mulheres em setores predominantemente dos homens e vice-versa. É preciso reduzir a defasagem entre brancos e negros e também essa desigualdade no acesso às carreiras entre homens e mulheres. É necessário criar um ambiente de respeito para que mulheres tenham novas possibilidades profissionais.

Mas não há de se esquecer que a marca da escravização ainda é muito presente na população negra. É essa identidade única e exclusivamente que a população brasileira identifica na população negra. Há um conjunto de símbolos e concepções que desvalorizam as pessoas negras e todas as contribuições e possibilidades delas nessa sociedade. São muitos impedimentos de ordem simbólica que, mesmo com a formação educacional, com toda uma trajetória educacional, a presença negra sempre ocupará barreiras por conta das concepções nessa sociedade.

Esses impedimentos simbólicos atuam de maneira muito forte, impedindo a mobilidade social de negros e negras. Além disso, essas condições de vida impactam nas demais condições de se atuar na sociedade: na renda, na moradia, nas condições alimentícias, de lazer, ou seja, a educação é um instrumento importantíssimo, mas ações concentradas de reversão das condições sociais da população negra precisam também estar articuladas com outros campos.

Nesse sentido, as várias recomendações que os países fizeram sobre políticas inclusivas são fundamentais. Somente a partir da política de cotas é que se conseguiu uma participação expressiva de negros no ensino superior, que ainda é ínfima mas teve um salto a partir do momento que foi implementada. Isso significa que havia de fato barreiras para que esse estudante ingressasse no ensino superior. E um conjunto de políticas que possibilitaram a entrada desses estudantes comprovam isso. Portanto, uma ação política voltada para as ações afirmativas também no mercado de trabalho é necessária e complementar.

Honduras traz também a questão do mercado de trabalho. Os dados mostram que no que diz respeito às mulheres negras que tiveram uma evolução, resultados muito importantes na última década na educação, em termos tanto de presença quanto de resultados, há uma aceleração muito alta da participação de mulheres negras no sistema educacional. Mas quando se analisa os dados do mercado de trabalho, ele não reflete esses esforços que foram realizados pelas meninas e mulheres negras em termos de conclusão dos ciclos. Elas ainda recebem os menores salários e ocupam as posições de menor rendimento e têm uma participação ínfima no que diz respeito a posições de poder e chefia. Pensar educação e mercado de trabalho a partir de políticas públicas de promoção da igualdade racial é extremamente importante.

CAMPANHA. Dos 11 países que fizeram recomendações sobre questões raciais, 7 são

de população de maioria negra. Qual a importância simbólica desse dado? Como os países africanos e centro americanos cooperam com o Brasil quanto a políticas para essas questões?

SUELAINÉ. Essa pergunta é muito importante. Ela demonstra essa compreensão dos países africanos e latino-americanos sobre as desigualdades raciais brasileiras.

O Brasil, como sendo o país com a maior população negra nas Américas, demonstra o desafio que representa a equidade racial para os demais países latino-americanos. Em todos os países da América Latina, nós temos também discriminações raciais, racismo, e desigualdades a partir da etnia ou a partir da questão afro. O problema brasileiro é muito maior frente ao número da participação de negros na sua sociedade, mas o desafio da igualdade racial está presente em todos os países das Américas, já que somos países que viveram o comércio transatlântico e a escravização de negros e indígenas. Portanto, há dívidas históricas no que diz respeito às condições dessas populações nos nossos países.

Ter a recomendação de países africanos que começam também a olhar esse desafio da diáspora faz pensar também que as condições de vida de negros para além da África são um assunto que diz respeito a todos os países africanos, assim como negros de diversos países também se preocupam com o que acontece em África.

Ainda, a importante aproximação que o Brasil empreendeu nos últimos anos com a África é particularmente com os países africanos de língua portuguesa. A própria Campanha também realizou ações conjuntas e que foram importantes para a circulação de informações sobre as condições sociais de negros no Brasil, sobre os desafios educacionais. O diálogo Sul-Sul tem papel fundamental para o fortalecimento das ações da sociedade civil na exigibilidade do direito à educação e de uma educação para a igualdade.

Os países da América Latina também têm essa grande demanda no que diz respeito às questões indígenas. Assim como o Brasil, os outros países latino-americanos também têm esse mesmo desafio de promover a igualdade, o respeito, a valorização, o direito à vida das populações negras e indígenas.

Sem dúvida nenhuma, o grande desafio é a garantia da terra. Terras indígenas que são valiosas; aqui no Brasil terras também quilombolas são muito valiosas e que estão em disputa. Esses grupos têm sido espoliados de suas terras, de suas riquezas, considerados povos que não contribuem para o Brasil. A cobiça e o interesse por suas terras têm provocado morte, sofrimento, doenças, fome nesses territórios.

Então, é muito importante que essa reflexão sobre as condições negra e indígena se dê para todos os países latino-americanos, africanos, mas particularmente para a Europa, América do Norte. É importante também que eles se coloquem expressivamente como solidários, preocupados e atuantes para melhores condições de vida e de atuarem também politicamente pela igualdade racial e étnica nos países do continente americano e também em suas terras.

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação participou enquanto organização da sociedade civil de todo o processo da Revisão, com a submissão de relatório - em conjunto com Ação Educativa, Ance (Associação Nacional dos Centros de Defesa de Direitos de Criança e

Adolescente) e Clade (Campanha Latino Americana pelo Direito à Educação) -, passando pelo processo da Pré-Sessão, em abril - em parceria com o IDDH (Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos) -, até o processo da Sessão, em maio.

[O ônus da maternidade, editorial da Folha de S.Paulo](#)

A diferença salarial entre homens e mulheres é mais do que conhecida. Pior, ela aumenta com a idade: aos 21 anos, a distância de remuneração no Brasil por hora trabalhada é de 15%; aos 36 anos, alcança 34%.

[\(Folha de S.Paulo, 14/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

A explicação convencional atribui tal disparidade à discriminação de gênero. Noções subjetivas sobre inferioridade do desempenho feminino estariam por trás da preferência por homens no momento de fazer promoções.

Não é fácil comprovar esse viés, nem medi-lo. Fato é que mulheres recebem pagamento inferior ao de colegas do sexo masculino mesmo quando têm qualificação similar.

Pesquisadores brasileiros partiram para investigar a hipótese de que o desvão salarial crescente entre gêneros sofre influência de outra variável: a acumulação de mais experiência ao longo da carreira por parte dos homens.

Valendo-se da Rais (Relação Anual de Informações Sociais), compilação de dados sobre funcionários, o estudo se debruçou sobre uma amostra parcial de 443 mil trabalhadores de 21 a 36 anos com empregos formais, dos quais 195 mil (44%) do sexo feminino.

A conclusão: há maior probabilidade de mulheres mais qualificadas e produtivas saírem do mercado de trabalho, temporária ou definitivamente, do que os homens mais qualificados e produtivos.

Como permanecem em seus empregos as trabalhadoras menos capacitadas, sua remuneração, na média, também tende a ser inferior. A pesquisa estima que isso seja responsável por 32% do aumento paulatino na diferença entre salários.

O preconceito, que decerto existe, responderia por uma parcela dos outros 68% que ainda seria preciso aquilatar. Mas é evidente que funcionárias com filhos se afastam de seus cargos por mais tempo e acabam cumprindo jornadas mais curtas no emprego, porque recai sobre elas a maior parte do ônus de afazeres domésticos.

Não se trata de justificar injustiças salariais, mas de entender o que possa haver nelas de evitável.

Maior disponibilidade de creches, por exemplo, abreviaria os afastamentos. Há quem defenda, ainda, que contratos de trabalho mais flexíveis diminuiriam a discriminação contra quem precisa de jornadas menores para poder empregar-se.

Não é só uma questão de justiça. Nenhuma sociedade, afinal, pode prescindir de trabalhadores qualificados, mulheres ou homens.

Juiz Fábio Francisco Esteves: **“Embranquecimento da Justiça é silencioso”**

Começa amanhã em Brasília algo inédito no mundo: uma reunião de magistrados que vão discutir as relações entre a condição racial e o trabalho que exercem. O 1º Encontro Nacional de Juízas e Juizes Negros vai até sexta-feira no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), com uma pauta densa.

[\(Correio Braziliense, 09/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Um dos coordenadores do encontro é o juiz Fábio Francisco Esteves, 37 anos, presidente da Associação dos Magistrados do Distrito Federal (Amagis). Ele está há 10 anos na profissão e atua no Núcleo Bandeirante. Nascido no Mato Grosso do Sul, chegou a Brasília como bancário em 2004.

Para Esteves, o que o encontro deve buscar não é simplesmente mudar a vida dos juizes. Ele quer transformar a própria Justiça, para que se torne algo mais próximo da sociedade. É uma busca que exige maior foco no combate à corrupção. Isso permitirá, explica, que mais recursos sejam destinados pelo Estado à educação, o maior instrumento transformador — a trajetória dele é prova disso.

Nesse esforço, Esteves considera necessários instrumentos muitas vezes vistos como heterodoxos, incluindo prisões de suspeitos de corrupção antes de julgamentos. “Estamos lidando com pessoas que têm a capacidade de fazer uma lei processual penal para conduzir a própria investigação a que estão submetidas”

Mesmo com uma abordagem que não se pretende sectária para o encontro, organizá-lo não foi tarefa fácil. “Um colega disse que eu era muito inocente quando falamos em criar esse evento. Eu não imaginava que no dia seguinte já levaria tantas bordoadas. Mas, na profissão, foi a mesma coisa. Na inocência, sempre acreditei que ser juiz iria me ajudar a construir uma série de sonhos.”

A seguir, a entrevista que Esteves concedeu ao Correio.

Por que discutir a presença dos negros na magistratura?

É importante porque, em 2005, a AMB (Associação de Magistrados Brasileiros) fez uma pesquisa indicando que apenas 0,9% dos juízes eram pretos. Dez anos depois, foi feita uma nova, que apontou 1,4%. Ou seja, em uma década, a participação de negros na magistratura só aumentou 0,6 ponto percentual. O CNJ (Conselho Nacional de Justiça), em 2015, também realizou uma pesquisa nacional que confirmou esse dado. Quando se consideram os pardos, aumenta para 13%. Já temos 12 anos de cotas nas universidades. São necessários cinco anos de faculdade de direito, mais três anos de práticas jurídicas para se tornar juiz. Então, já poderia ter começado a haver algum sinal de mudança. Outra coisa também que aparece são as cotas para juízes. Em 2015, o CNJ editou uma resolução que prevê um percentual de cotas para negros no concurso da magistratura. A AMB também tem preocupação com isso. Um colega juiz que também é negro deu a ideia de criar esse evento. Isso já vinha me incomodando. Sou juiz criminal há dez anos e o meu réu é negro. Será que a sociedade percebe uma magistratura que também é negra? Hoje, no TJDF, na ativa, são seis negros, em um universo de quase 400 juízes. No dia que nós anunciamos o evento, tivemos reações de apoio e de rejeição ao evento.

As pessoas entendem essa iniciativa como algo preconceituoso?

Sim. Eu falei que a intenção é ter uma magistratura ainda mais unida. Tem gente que passou no concurso e acha que ficou branco. Quando uma colega negra passou no concurso, falaram para ela que juízes deveriam ter o cabelo liso.

Qual o motivo da baixa quantidade de negros na magistratura?

São diversos motivos que começam no nascimento. As cotas não representam apenas um programa de acesso social. Nós temos um preconceito enraizado. O preto é diferente e ao mesmo tempo não é. É diferente para não merecer acesso. Mas, quando se fala em diferenciar para ter acesso, ele é igual. Com as cotas, houve uma crítica geral, sendo que já tinha uma lei para o serviço público. Estamos chamando estudantes negros para esse debate. Eles serão os futuros juízes. Mostramos como é o acesso deles na magistratura.

A justiça tem cor?

Sim. Se a Justiça não tivesse cor, religião, não tivesse ideologia, não tivesse pluralidade, nós estaríamos com sérios problemas, porque temos uma sociedade com 204 milhões de brasileiros. Temos cinco, seis ou sete brasis dentro de um mesmo território, de gente que fala diferente em diversas partes do país. Se fôssemos uma única Justiça, acredito que teríamos problemas seriíssimos de responder.

A Justiça deveria ser neutra?

Neutralidade não se confunde com imparcialidade. O juiz não deve ser parcial em momento algum. Agora, quanto mais neutralidade tivermos, mais afastados estaremos dos problemas pontuais, críticos e sensíveis da sociedade. A imparcialidade é fundamental. A neutralidade afasta, distancia. Vamos discutir se é importante ter uma estrutura que também se reconheça negra. Hoje, temos associações de juizes espíritas, grupos internos de mulheres e magistrados que apoiam determinados tipos de trabalhos judiciais.

Qual a porcentagem de negros na magistratura que o senhor gostaria de ver em dez anos?

Eu espero que a gente chegue a pelo menos 5%, embora seja um número ousado.

O que mais é preciso ser feito além da discussão?

Os tribunais devem chamar essa temática para dentro de suas estruturas. Nós convidamos a ministra Cármen Lúcia para o encontro. Estamos com uma série de pautas, como a de questão de gênero. Depois as universidades precisam trabalhar isso também. Ela já tem a política de cotas. Mas, qual é o trabalho que se faz para esse negro dentro do mundo jurídico? Qual é a orientação que essas instituições dão? Tem essa questão também da universidade construir a vocação. O embranquecimento da Justiça é silencioso. Não pretendemos focar apenas nisso. Temos que focar no juiz deficiente também. Nas mulheres que não conseguem alcançar cargos na administração das empresas. Nós teremos uma juíza que é ex-faxineira e estará no evento.

O senhor sofre preconceito?

Semana passada eu estava com um amigo, em uma festa, na Asa Sul. Meu amigo contou para um conhecido que eu era juiz. Ai o rapaz disse: não estou falando do negro, estou falando do branco. Eu moro no Sudoeste. Outro dia abri a porta para uma senhora entrar e ela perguntou se eu estava de plantão na portaria. Não que eu não possa ser porteiro. Mas a pergunta mostra que ela liga essa atividade somente a pessoas negras. No tribunal, a primeira vez que eu fui julgado pelas pessoas foi bem na minha primeira audiência. Meu irmão, que veio para a posse, estava do lado de fora. O advogado de um réu chegou, olhou, voltou e comentou: “Estamos ferrados. Quem vai julgar é um neguinho.” Meu irmão disse: “É, ele é meu irmão”. O advogado abandonou a audiência. Foi embora, deixou o cliente dele lá. Outro dia uma amiga psicóloga me pediu para fazer um trabalho com juizes. Eu peguei o carro e fui para Planaltina com ela, no fórum da cidade. Quando eu entrei no prédio, o segurança veio e me disse: o senhor deixa a magistrada, pega o carro e espera lá fora.

A discriminação racial pesa mais do que a discriminação de gênero no Judiciário?

Eu não diria que o peso é maior ou menor. Mas a discussão de gênero já está em debate nos tribunais. Está na agenda da sociedade. No caso da racial, as pessoas nem discutem. Hoje, falar de questão racial é associado até mesmo à ideologia política de esquerda. E não é isso. É uma luta de todos e para todos.

O senhor tem alguma avaliação sobre homofobia na magistratura?

Se a questão racial já é complicada, essa é ainda mais silenciosa. Ainda precisamos caminhar muito para ter coragem e ousadia para colocar isso em debate. É algo que está aí, com que a gente convive, mas ignora. A Constituição faz uma opção por direitos fundamentais, que prega uma reconstrução da sociedade. E o Judiciário tem o dever de cumprir isso. Mas, internamente, ainda existe uma timidez para discutir esses assuntos. O Judiciário poderia protagonizar um debate social que enriqueça a sociedade. Hoje, temos uma conflituosidade enorme no país. São 102 milhões de processos, a maior cultura de conflitos do mundo. Para acabar com essa cultura, temos que adotar outros tipos de prática. No Núcleo Bandeirante, recebendo 180 meninos das escolas públicas para ter aulas de direito e cidadania, explicamos direitos desde o nascimento até a morte, como direitos da criança, da juventude e da velhice.

O que o motiva mais para essa tarefa?

Às vezes as pessoas falam que esse trabalho seria uma forma de promoção pessoal. Mas não é.

Eu já estou aqui. Isso não muda nada na minha carreira, que já está consolidada. Eu só quero que meus filhos tenham uma sociedade melhor. Recebi até mesmo ataques pessoais de colegas que disseram que eu não os representava. São com ações como o encontro que conseguimos mobilizar a sociedade com essas questões. Não basta apenas a atividade nos tribunais. Nós fazemos muitas coisas pela Justiça. Mas temos que fazer mais ainda.

O senhor acha que o fim do preconceito passa pelas cotas?

Passa fundamentalmente pela educação. Quando a gente orienta as escolas do Núcleo Bandeirante, do Riacho Fundo e da Candangolândia para encaminharem os alunos para o projeto que temos nessas regiões, a gente diz: “Queremos o aluno de baixa renda, que tenha bom desempenho, porque nós ainda estamos preparando esse aluno para ser um multiplicador. Principalmente, traga pretos e pardos. E aparecem muito poucos. Nas bolsas de preparatório para juiz há o mesmo problema. Eu perguntei uma vez para uma pessoa: “Fulano, você soube da bolsa?” . “Soube, mas isso era para mim?”

Ele achava que não era negro ou não se sentia preparado?

É tudo junto.

Vocês já tiveram de recusar alguém para as bolsas porque não era negro?

O nosso critério é o fenótipo. O edital para as bolsas traz uma ressalva: a pessoa é aceita se a ascendência for pelo genótipo preto, mas somente de pai e mãe. Tenho um aluno branco que veio fazer a inscrição e me disse: “O meu pai e a minha mãe são pretos”. Nesse caso, vamos entender a trajetória daquela pessoa. Ela é até mais discriminada.

Vocês acham que é razoável a distinção entre brancos, pardos e pretos?

Ela é útil. Conheço muitas pessoas que se dizem pardas. Esse pardo acabou descaracterizando muito a nossa identificação, a quantificação. Para mim, pardo é uma forma de você dizer: “Eu não vou me assumir como preto”. Meu pai, que era um homem preto mesmo, na certidão de nascimento dele está escrito que ele era pardo. Um amigo comentou hoje comigo que achou forte a chamada de uma reportagem comigo, que falava “um juiz negro”. Ele achou ofensivo. Ou seja, o preto se tornou ofensivo. Sou negro. Tenho zero de ascendência branca. Meu pai e minha mãe são pretos. Meus irmãos, minha família são todos pretos e se casaram com negros.

Aos 15 anos o senhor decidiu que queria ser juiz. Mas quem foi sua referência? O que o motivou a dizer “eu posso chegar lá”?

Minha família não tinha ninguém formado. Não teve ninguém que tivesse terminado o ensino fundamental. Meu pai era analfabeto. Minha mãe cursou até a quarta série. Então, não tive essa referência familiar em termos de educação. Agora, uma referência, um patrimônio moral de superação vem do meu pai, que, mesmo analfabeto, administrava uma fazenda. E era um sujeito que tinha um valor na educação, que não conheço ninguém que tenha. E a responsabilidade de pai. Nós morávamos em uma fazenda e a cidade mais próxima ficava a 250km. Quando eu cheguei à idade escolar, o meu pai moveu o mundo para que o prefeito instalasse uma escolinha lá na fazenda. E ficava a 23 km de distância da minha casa. Nunca faltei a um dia de aula. Quando terminei a quarta série, e eu ia para a quinta, meu pai pediu as contas de um emprego de 10 anos e fomos para a cidade. O meu pai saiu do trabalho sem direito nenhum, já que a fazenda não recolhia nada. Fomos morar em um barraco na cidade para eu ir para a escola. Alguém me disse: “Sem querer ser egoísta, penso que nossos filhos

são a nossa continuidade em outras pessoas”. Com o tempo, fui tendo essa percepção. Realmente, eu sou a continuidade daquela criatura que não tinha limite. Meu pai era assim e, ao mesmo tempo, um cara inocente. E disse para minha mãe: “Vamos embora daqui porque meus filhos vão estudar”. Acho que quando decidi ser juiz fui um cara muito inocente.

Como as propostas do senhor ajudariam o Judiciário?

Se a sociedade tem condições de dialogar com a magistratura, tem um salto de amadurecimento extraordinário. Isto vem da administração: o líder você não obedece, respeita. A sociedade nos obedece. Eu não quero isso. Quero ser respeitado. Essa é a magistratura do futuro. A magistratura do gabinete, da sentença, a meu ver, vai perder espaço. Se você dialoga, se você fortalece, aí você não tem egos. E é disto que nós precisamos: desenvolver práticas para poder trazer a comunidade para discutir, para dialogar e ela resolver os seus problemas. Ela vai ter condições de resolver seus próprios problemas.

O juiz tem duas férias de 30 dias durante o ano mais o recesso. Isso está certo?

Se justifica, sim. Mas temos outras categorias que também merecem esse regime. É o caso de todo o trabalhador brasileiro que tenha de lidar com conflitos que envolvem a vida, o deferimento de uma UTI às duas horas da madrugada. Aqui no DF é assim: tem gente morrendo na rede pública, indo para o hospital. Hoje, temos um trabalho que estamos fazendo com relação à proteção da infância e juventude 24 horas por dia. Há juízes envolvidos com questões da criança e do adolescente em conflito com a lei. Esse juiz não é um servidor que cuida daquilo como se fosse um material comum. Eu trabalho com o crime, e dentro do crime, tem um recorte com relação ao crime de abuso sexual infantil. Na minha vara, eu julgo 10 casos por mês, em uma região minúscula. Pessoalmente falando, quando eu chego ao fim mês, do ano, tudo isso é complicado para a minha saúde mental.

Mas para o médico, o enfermeiro e o policial, o trabalho também não é penoso?

Com certeza. O médico, o enfermeiro e o policial e uma série de outras pessoas. Não é somente o juiz que deve ter esse direito, de jeito nenhum. Estou dizendo uma coisa que acontece comigo, que acontece com os meus colegas magistrados no dia a dia. Lidar com o conflito humano é uma questão dramática demais. Em algumas áreas, a gente se questiona se vai voltar para trabalhar no dia seguinte. Se é isso mesmo que está preparado para encarar.

Como tem funcionado a sua atuação na comunidade?

Lá no Núcleo Bandeirante, eu sou convidado para reunião de pais, na escola. É importantíssimo estar presente lá na reunião de pais. Foi a realização de um sonho ser titularizado no Núcleo Bandeirante, que tem essa cara de cidade pequena. Ando muito pelas ruas. Sou professor lá também, no projeto e nas escolas, fazendo palestras. Eu me sento com o pai do menino e digo: “Olha, seu filho tem tudo para poder alcançar uma série de coisas. Eu não quero ele depois lá no fórum (para ser julgado)”. Eu convido todos para reuniões no fórum. Faço isso, primeiro, porque quero que a comunidade se aproxime mais do sistema de Justiça. Segundo, porque é pedagógico para os pais também, que dizem: “Pôxa, não quero meu filho aqui, não”.

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios já teve algum presidente negro?

Não, não teve. O desembargador Sandoval Gomes de Oliveira é o único na segunda instância.

Teve o presidente do TRE (Tribunal Regional Eleitoral), o desembargador Romão Cícero Oliveira, que fez um livro. E um dos livros era sobre direito eleitoral do negro. O desembargador queria um capítulo sobre a Justiça Eleitoral, sobre a participação política do negro.

O senhor entrou por cotas no concurso público?

Não. O meu concurso não tinha isso. O programa de cotas para a Justiça é recentíssimo.

Mesmo assim o senhor acha que é necessário ter cota?

Sim, muito. Alguém me marcou na postagem dizendo que eu não precisei de cota para me tornar juiz. Eu disse para nunca mais fazer isso, pois não sou exemplo. Eu sou a exceção da exceção. Eu participei agora de uma seleção para doutorado na UnB. E não fiz pela cota, por já ser mestre, por ser juiz e por conhecer o método de seleção. Mas aí o pessoal veio falar comigo sobre a importância de afirmação ao usar as cotas. Eu concordei.

A cota não pode criar uma brecha para que as pessoas olhem para quem não entrou por cota e pense que só poderia estar ali por cota?

Uma juíza escreveu um texto sobre essa questão de meritocracia. Ela, como juíza branca, falou que sua trajetória foi muito fácil: era filha de funcionários públicos, estudou nos melhores cursinhos. Mas tem gente que não tem esse acesso que ela teve. E não vai ter essa chance do mérito.

Qual pode ser o efeito sem a cota na seleção?

Em São Paulo teve uma pesquisa muito séria, que avaliou duas mulheres. Uma branca e uma negra. Com todo o perfil muito similar. Elas foram estudadas a partir do acesso ao emprego. E se calculou que existe uma diferença de ao menos 20% para o acesso das duas.

Mas isso não cria uma pecha para quem é selecionado por cotas?

Onde eu dou aula, os estudantes cotistas têm desempenho maior que os não cotistas. O mesmo ocorre na UFRJ e na UnB, que também já possuem dados sobre isso. As pessoas têm que entender que as cotas não são um favor, pois as pessoas não tem o acesso. Ninguém fala que não vai dar o direito por alguém por conta da cor da pele. Mas elas o fazem, sem perceber. Inconscientemente, a sociedade nega esse acesso. E nega por conta da cor da pele.

Quais seus planos a longo prazo?

Eu quero estar em um lugar que trate as pessoas com igualdade. Eu quero influenciar pessoas para aquilo que eu acredito em matéria de igualdade.

O senhor pensa em seguir carreira política?

Não é meu perfil. Fora do Judiciário, eu descarto completamente. Eu sou vocacionado como juiz. Eu não sei se eu saberia fazer outra coisa. As transformações que eu vou procurar influenciar será no papel de juiz.

Há pessoas que veem exagero no fortalecimento da imagem do juiz na luta contra a corrupção, citam Sérgio Moro. O que o senhor acha?

Eu penso que não podemos ter juízes heróis. Quando se fortalece demais um personagem, um juiz, se corre maior risco de que a sociedade de frustrar. Não se pode colocar nas mãos do juiz Sérgio Moro o fim da corrupção. A Justiça é uma pequena parte desse processo, muito importante, mas pequena. Precisa mudar nossa cultura. Precisamos deixar claro que o Moro tem esse viés simbólico para nos ajudar a compreender esse fenômeno que o Brasil atravessa, de remover velhas práticas. Mas o Judiciário em si não pode ser personificado. As pessoas me perguntam o por que não faço o que o Moro faz. Não é assim. Ele tem outra competência.

Juízes podem ser criticados uns pelos outros?

Uma vez um colega me disse que não podemos criticar decisões dos colegas. Eu disse que até concordaria com isso no dia em que toda a magistratura fizesse um trabalho em cadeia, em uma teia. A magistratura precisa de unidade. Não deve ser apenas a visão de um e de outros. No dia que isso mudar, apoio as decisões dos colegas.

Para o grupo de magistrados negros, ou de estudantes negros de direito, faz bem ter a imagem do ex-ministro Joaquim Barbosa?

Faz. Mas são coisas diferentes. Uma coisa é a trajetória do Joaquim Barbosa. Outra coisa é eu pegar um magistrado e usar a imagem dele para definir a Justiça. O Moro me ensina como magistrado, como colega de trabalho. Ele tem coragem.

Uma vez o Joaquim Barbosa se irritou com um repórter que abordou o fato de ele ser negro. O senhor acha que esse tipo de questionamento o incomodava?

Quando o Joaquim foi nomeado para o STF (Supremo Tribunal Federal), ele já tinha um grande passado. O que o incomodava era o fato de as pessoas só o viam por ser negro. Incomoda esse discurso de que, com um imenso e vasto currículo, a cor da pele fale mais alto. As credenciais dele para o STF até ultrapassavam o necessário. Tem gente lá com bem menos qualificações do que ele. Destacar que tem um negro na corte ou em qualquer cargo é importante. Mas não se pode esquecer de ressaltar a competência para se ocupar o cargo. O negro tem que estar o tempo todo justificando as coisas. Um criminoso é preso por estupro, homicídio, e é negro. Logo se tem que destacar que não é por ser negro que ele fez aquilo. Os brancos não precisam dar essa justificativa.

Nas suas decisões como juiz, alguém já lhe acusou de inocentar um réu ou condenar por ser negro?

Nas minhas decisões, não. Mas tenho uma colega juíza que atuou em um caso em que o réu era um skinhead, que pediu a suspensão dela por ser negra. Isso pra mim não tem fundamento algum. Nas minhas decisões, o que eu levo em conta é o processo. Na minha decisão o que avalio é o contexto, inclusive a exclusão racial.

E como isso poderia influenciar na sua decisão?

Às vezes, a pessoa chega ao delegado de polícia e fala: lá no Park Way estão ocorrendo muitos furtos, há muita criminalidade. E acusa uma pessoa negra. O que eu vou avaliar é se tem provas para aquilo. Se não é apenas uma representação ou algo simbólico. Será que concretamente existe um perigo ou é um grupo de pessoas que se sente acuado por conta do perfil de outra pessoa? Todos nós pensamos que preto se associa com portaria, com empregada doméstica, com segurança. E muita gente pensa que preto se associa com bandido.

Mas preto também pode ser juiz, pode ser professor. Assim como nem todo preto é bandido. Será que esse preconceito também não está na cabeça do juiz? Será que o judiciário encarcerou o mesmo número de pessoas entre todos os perfis? Outro dia eu estava na casa de um amigo. Os avós dele dizem que me adoram. Um dia me disseram: você é crioulo, mas é tão gente boa.

Sempre se falou que a Justiça só prende negro e pobre. É verdade?

A Justiça faz isso porque hoje, na esfera criminal, nosso público é preto e pobre. Isso ocorre por conta da exclusão social. Outro dia, na Candangolândia, uma moça desempregada furtou uma calça e uma blusa. Foi presa em flagrante. Quando eu fui julgar, fiquei pensando nos outros casos. A prisão dela foi convertida em preventiva. Ou seja, ela ficou presa. Eu pensei: vamos pegar todos os casos como esse, inclusive os que eu julguei, e saber se estão presos. Tem um sujeito, playboy, que matou dois rapazes, por questões de droga, e está solto. Eu não posso trabalhar com essa contradição. É provável que alguma coisa esteja errada.

Qual foi a decisão do senhor neste caso? O senhor manteve a acusada de furto presa?

Não, eu a soltei.

O senhor acha que a Justiça condena demais?

Eu acho que a Justiça condena mal, não demais. Hoje, no DF, temos uma grande quantidade de promotorias criminais. Dentre as criminais, as que combatem o desvio de dinheiro público são infinitamente menores. Se trabalha mais para prender quem rouba o toca-fitas do carro do que quem rouba milhões. Se eu invertesse isso, eu teria dinheiro para investir em educação. E todos os crimes de menor potencial se reduziriam. Será que o nosso processo penal, que se usa para julgar quem furta uma bicicleta, serve para essas pessoas, que criam nossas leis? É um sujeito que cria as leis que vai julgar ele mesmo. Será que não chegou a hora de a gente dizer que algo tem que mudar? Não seria o caso de se criar uma forma de combater criminalmente a corrupção?

Não é isso o que faz o Barbosa e o Moro pessoas com grande aprovação na sociedade?

Exatamente.

Então o senhor é a favor da severidade com que a Justiça tem agido nos casos de corrupção?

Muitas pessoas criticam, dizendo que são métodos heterodoxos, com violação de direitos fundamentais. Eu não defendo nenhum tipo de violação de direitos. Mas não sou o CNJ. Será que o nosso processo penal lá, que a gente usa para o réu que furtou uma bicicleta, funciona para esse sujeito que está declaradamente não alinhado com a norma, com o sistema? Ao meu ver, não funciona. Não se deve tratar as pessoas iguais de forma igual, e os desiguais de forma desigual? Talvez o processo penal precise realmente ser melhor tratado, fortalecido, para essas pessoas. Estamos lidando com pessoas que têm a capacidade de ir lá e fazer uma lei processual penal para conduzir a investigação a que estão submetidas. É um sujeito que precisa ser olhado de modo diferente. A gente não combate organização criminal diferentemente do sujeito que age sozinho? Precisamos criar uma forma especial de combater criminalmente a corrupção.

Rede de Mulheres Parlamentares destaca importância da presença feminina na política e nas empresas

“Na crise econômica e financeira que o mundo atravessa, não podemos nos dar ao luxo de desperdiçar o saber das mulheres”, ressaltou parlamentar de Portugal

A importância de mais mulheres na política e nas empresas foi debatida nesta terça-feira (4) durante a Conferência da Rede de Mulheres Parlamentares da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O evento, que acontece na Câmara dos Deputados, termina nesta quarta-feira.

[\(Câmara Notícias, 04/04/2017 - acesse no site de origem\)](#)

“Garantir vagas para as mulheres nos altos cargos de grandes empresas é aproveitar o conhecimento das mulheres e garantir desenvolvimento econômico para os países”, disse a deputada portuguesa Elza Pais, em audiência sobre o combate à discriminação de gênero no mercado de trabalho.

Leia mais: [Rede de Mulheres Parlamentares discute saúde, bem-estar e empoderamento feminino \(Câmara dos Deputados, 05/04/2017\)](#)

Elza Pais destacou o exemplo de Portugal, que por meio de uma lei aprovada em 2006, conseguiu aumentar a participação feminina para 33% do total de deputados no país. Agora, os parlamentares estudam a adoção de uma norma que amplie a presença feminina em empresas estatais.

“As nossas culturas têm se organizado de forma a desperdiçar o saber das mulheres. As mulheres são muito qualificadas, têm muito saber. Na crise econômica e financeira que o mundo atravessa, não podemos nos dar ao luxo de desperdiçar o saber das mulheres”, afirmou.

Espaços de poder

Presidente da Rede Mulher da Assembleia Parlamentar, a deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ) disse que todas as discussões realizadas até agora demonstram a importância de mais mulheres ocupando os espaços de poder.

“Enquanto as mulheres não despertarem para os espaços de poder - o lugar em que definimos as políticas que queremos para nossas vidas -, todos os setores da sociedade ficarão capengas”, disse. Para a deputada, a ausência de representação feminina traz impactos em diferentes setores, sejam na economia, na saúde e até na violência doméstica.

Empreendedorismo

A gerente de programas da ONU Mulheres, Ana Carolina Querino, afirmou que o empreendedorismo é uma forma de dar às mulheres mais poder sobre suas vidas, mas a maioria delas ainda enfrenta dificuldades para ampliar sua ação empresarial. Para ela,

políticas públicas podem reduzir essas dificuldades.

“A criação do microempreendedor individual, com incentivos e facilidades para a formalização, fez com que entre 2009 e 2014 aumentasse em 800% a quantidade de mulheres microempendedoras formalizadas”, afirmou.

Ana Carolina Querino defendeu ainda igualdade de salários como forma de garantir condições adequadas de vida para as mulheres. Segundo dados da ONU, a diferença salarial média entre homens e mulheres é de 27%. No Brasil é de 30%, mas chega a 40% na comparação entre homens brancos e mulheres negras.

Reportagem - Karla Alessandra

Edição - Ralph Machado

Cerca de 70% das mulheres sentem-se inseguras dentro da própria casa, revela pesquisa

(Gov/MS, 10/03/2016) A diretora do Instituto Patrícia Galvão, Jacira Vieira de Melo, apresentou nesta quinta-feira (10/3) dados da pesquisa “Percepção da sociedade sobre violência e assassinatos de Mulheres”, realizada pelo Instituto Patrícia Galvão e Data Popular, durante o Seminário de Políticas Públicas para Mulheres de Mato Grosso do Sul. O debate destacou a Lei Maria da Penha e sua contribuição na luta pela erradicação da discriminação de gênero dentro da sociedade brasileira.

A palestrante e especialista em comunicação social e política na perspectiva de gênero e raça, atestou que 7 em cada 10 entrevistados - 70% consideram que as brasileiras sofrem mais violência dentro de casa do que em espaços públicos, sendo que metade avalia ainda que as mulheres se sentem de fato mais inseguras dentro da própria casa. “Esse dado é assustador, ou seja, o lar que deveria ser o local mais seguro é o de maior insegurança para a mulher, comprovando então que o marido é o principal causador desse medo, sendo a violência doméstica a mais observada”, ressaltou Jacira.

Leia a íntegra no Portal da Campanha Compromisso e Atitude: [Cerca de 70% das mulheres sentem-se inseguras dentro da própria casa, revela pesquisa \(Gov/MS, 10/03/2016\)](#)